



## “A linguagem particular daquelas pessoas”: Campo de batalha discursivo em comentário do (des)presidente sobre o Enem

### *“The Particular Language of Those People”: The Discursive Battlefield and the Memory of the (mis)President’s Sayings About Enem*

Bruno Molina Turra

Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSul), São Paulo, São Paulo / Brasil

bruno.m.turra@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5243-7245>

Thaís de Araujo da Costa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil

araujo\_thais@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-8599-3528>

As palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico.

(KLEMPERER, 1996, p.40)

**Resumo:** À luz da Análise de Discurso materialista, na sua relação com a História das Ideias Linguísticas, refletiremos sobre o funcionamento dos dizeres veiculados em *live* de 9/11/2018 do candidato à presidência recém-eleito acerca do que então nomeou “ideologia de gênero” ao tratar de uma questão do Enem. Nosso objetivo é relacionar algumas regularidades observadas nesses dizeres com aquilo que estamos buscando formular enquanto um discurso bolsonarista. Para tanto, estabelecemos três questões das quais partirá nossa análise: 1) como locutor, interlocutor e objeto do dizer são significados na fala do candidato eleito?; 2) quais são as políticas de gestão do exame anunciadas e como elas se articulam a esse imaginário?; e 3) como o comentário à questão de 2018 se relaciona ao comentário à edição de 2021 realizado no terceiro ano

de seu mandato? A análise apontou elementos que nos faz sustentar a hipótese de um “discurso bolsonarista”, dentre os quais se destacam: a projeção de dois outros – um interlocutor e outro objeto, significado como inimigo a ser combatido –; e a articulação de posições filiadas a diferentes discursos (conservador, (neo)liberal, nacionalista, religioso) a partir da qual se instaura uma nova forma de enunciar e, portanto, de se tornar sujeito.

**Palavras-chave:** interlocução discursiva; discurso bolsonarista; discurso autoritário; ideologia de gênero; Enem.

**Abstract:** In the light of materialist Discourse Analysis, in its relationship with the History of Linguistic Ideas, we will reflect on the functioning of the sayings broadcasted on 11/9/2018 by the newly elected presidential candidate’s *Youtube* channel about what he named “gender ideology” when commenting an Enem question. Our objective is to relate some regularities observed in these sayings with what we are trying to formulate as a Bolsonaroist discourse. Therefore, we have established three starting questions: 1) how are the speaker, interlocutor and object of these sayings signified in the speech of the elected candidate?; 2) what are the policies announced for Enem and how do they articulate with this imaginary?; and, 3) how does the 2018 commentary relate to the one on the 2021 edition carried out in the third year of his term? The analysis pointed out elements that strengthen our hypothesis of a “bolsonarist discourse”, such as: the projection of two others – an interlocutor and an object, signified as an enemy to be fought –; and the articulation of positions affiliated to different discourses (conservative, (neo)liberal, nationalist, religious) from which a new way of enunciating and, therefore, of becoming a subject is established.

**Keywords:** discursive interlocution; bolsonarist discourse; authoritarian discourse; gender ideology; Enem.

Recebido em 19 de janeiro de 2022.

Aceito em 04 de março de 2022.

## 1 Palavras iniciais

Em 2021, a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi marcada por uma série de denúncias por parte de servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – órgão responsável por sua organização – de assédio e intervenção do governo federal quanto à seleção de textos e à elaboração

de questões – suspeitas essas que foram intensificadas após a declaração do presidente de que “o Enem começa a ter a cara do governo”<sup>1</sup>. Nesse enunciado, a locução verbal incoativa *começa a ter* aponta para um antes que nos fez questionar o que havia no exame que não era, do lugar de que fala o presidente – bem como seus apoiadores e seguidores<sup>2</sup> –, identificado como “a cara do governo”. Buscando respostas a essa pergunta, chegamos a uma *live* em que o então recém-eleito presidente tece comentários sobre uma questão do Enem 2018 transmitida na conta *Jair Bolsonaro*, na plataforma *YouTube*, em 9/11/2018. Neste artigo, então, à luz da Análise de Discurso materialista (AD), na sua relação com a História das Ideias Linguísticas (HIL), apresentaremos algumas reflexões sobre o funcionamento dos dizeres veiculados nessa *live*, buscando compreender a sua relação com aquilo que estamos buscando formular enquanto um discurso bolsonarista. Com isso, pretendemos, na esteira de Indursky (2020, p. 370), promover “uma escuta discursiva da fala pública do tenente-capitão”, observando a forma como o político, tomado como divisão de sentidos, “se materializa na língua pelo viés das relações que estabelece com o outro”. Antes, todavia, faz-se necessário, para melhor compreendermos as condições de produção desses dizeres, revisitarmos alguns acontecimentos históricos que os antecederam.

---

<sup>1</sup> Enem 'com cara do governo' e mais elitizado: as polêmicas do exame de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3qYSAQf>. Publicada em: 19 de nov. de 2021. Acesso em: 8 jan. 2022.

<sup>2</sup> Referimo-nos aqui à distinção proposta por Indursky (2020, p. 368), ainda que, como se verá, na materialidade analisada, apoiadores e seguidores sejam conjuntamente projetados como interlocutores. Segundo a autora, os apoiadores são aqueles que “alavancaram, com seu poder econômico, o capitão à presidência e o mantêm lá”, permanecendo “cuidadosamente à sombra”, visto que “não é de seu interesse aparecer”. Já os seguidores, “ao contrário dos apoiadores, são extremamente visíveis e ruidosos. Exibem-se vestidos de verde e amarelo, como os torcedores brasileiros durante a copa do mundo. Apropriaram-se da bandeira do Brasil e a agitam, em suas manifestações, como se fosse a bandeira de seu clube. Gritam frases pré-fabricadas, cujo efeito de sentido é sempre o mesmo: ‘Bolsonaro, eu te amo!’ ‘Mito!’”. Esses seguidores dedicam seu apoio e amor incondicionais ao seu ídolo. Atendem a suas convocações, espelham-se em sua práxis violenta, seja na mobilização da língua fascista como no tom de voz e atitudes, comportando-se a sua imagem e semelhança”.

A campanha presidencial de Jair Messias Bolsonaro – doravante, conforme Indursky (2020), tenente-capitão, capitão, capitão-presidente<sup>3</sup> ou (des)presidente<sup>4</sup> –, foi marcada por acusações de incitação ao ódio contra o PT, os petistas e a esquerda de um modo geral, por pronunciamentos considerados polêmicos e discriminatórios contra diversos grupos socialmente minoritários que lhe renderam a alcunha de fascista e pelo atentado a faca sofrido em 6/9/2018, cerca de um mês antes das votações do segundo turno da eleição para a presidência em que concorria com o candidato do PT, o advogado e professor universitário Fernando Haddad. Além disso, criticando parte da mídia por perseguição e parcialidade, o tenente-capitão não participou da maioria dos debates, limitou-se a dar entrevistas a determinados canais televisivos e estabeleceu uma forma de “comunicação direta”, isto é, sem a mediação de um veículo midiático, com seus eleitores por meio de *lives*, vídeos transmitidos ao vivo através de suas redes sociais<sup>5</sup>.

Em 28/10/2018, o tenente-capitão foi eleito capitão-presidente do Brasil com 55,13% dos votos válidos numa eleição em que o índice de abstenções, votos brancos e nulos foi em torno de um terço do número de eleitores em idade obrigatória<sup>6</sup>. No dia 9/11/2018, realizou uma *live*

---

<sup>3</sup> Essas designações trazem à baila o fato de a sua patente, quando estava na ativa do exército, ser a de tenente, sendo promovido a capitão ao ser reformado após tentar “explodir um alvo no interior do quartel em que servia para pressionar por aumento de soldo” (INDURSKY, 2020, p. 367). Aqui as adotaremos, como opção não apenas metodológica, como será explicitado ao longo da análise, mas política, a fim de não contribuir para que o seu nome se inscreva legitimamente na história, fazendo circular, para isso, com tais designações, outras discursividades por meio das quais o atual (des) presidente brasileiro e, por conseguinte, o seu (des)governo são significados Trata-se, em suma, como nos explica Orlandi (2007), em *As formas do silêncio*, de fazer funcionar uma política do silêncio, na expectativa de que uma ou mais palavras – e as memórias que evocam – apaguem necessariamente a outra palavra aqui silenciada.

<sup>4</sup> Metodologicamente, optamos por retomar essa designação, que comparece no título deste artigo, na conclusão.

<sup>5</sup> Deve-se aqui frisar o lugar de destaque ocupado pela tecnologia nessas eleições, cujas campanhas contaram com o apoio decisivo do compartilhamento em massa via mídias sociais de notícias de conteúdos verdadeiros e falsos a favor e contra os candidatos.

<sup>6</sup> Cf. Percentual de voto nulo é o maior desde 1989; soma de abstenções, nulos e brancos passa de 30%. Disponível em: <<https://glo.bo/3bmSxog>>. Publicada em: 28/10/2018. Acesso em: 25/2/2020.

de cerca de 40 minutos intitulada “Bolsonaro e assuntos da semana”. No minuto 23’41” dessa *live* que ainda se encontra disponível em seu canal do *YouTube*<sup>7</sup>, o tenente-capitão passa a comentar sobre educação, notadamente sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o qual havia sido realizado recentemente em todo território nacional por candidatos a uma vaga em universidades brasileiras e estrangeiras no ano letivo de 2019.

Nessa edição do exame, que à época completava 20 anos de aplicação, havia, na prova de Linguagens, uma questão cujo texto-base era uma reportagem intitulada “‘Acuenda o pajubá’: conheça o ‘dialeto secreto’ de gays e travestis”. Comentando essa questão e numa tomada de posição contrária à abordagem do que é nomeado como “ideologia de gênero”, na *live* do (des)presidente recém-eleito, o pajubá é, pafrasticamente, retomado como “a linguagem particular daquelas pessoas”, sendo em seguida anunciada a política de gestão do exame a ser adotada. Assim, tomando esse enunciado como desencadeador de nosso gesto de leitura, recortamos para análise o fragmento compreendido entre os minutos 23’41” – 30’37” da referida *live*, cuja transcrição apresentamos na seção 3 deste artigo. Feito esse recorte, estabelecemos três perguntas iniciais, que passaram então a nortear o nosso olhar. São elas: 1) com base no conceito de formações imaginárias de Pêcheux ([1969] 2010) e de interlocução discursiva de Indursky (1997), como locutor, interlocutor e objeto do dizer são significados no comentário do (des)presidente à questão do Enem de 2018?; 2) quais são as políticas de gestão do exame anunciadas e como elas se articulam a esse imaginário?; e, 3) pensando o funcionamento dessa memória de enunciações do capitão sobre o exame, como o comentário à questão de 2018, realizado antes da sua posse, se relaciona ao comentário à edição de 2021, realizado no terceiro ano do seu (des)governo<sup>8</sup>?

Posto isso, iniciaremos nosso percurso analítico na próxima seção, fazendo algumas observações de cunho teórico sobre a questão do Enem, a relação estabelecida com o comentário do capitão e a forma como os mobilizaremos em nossa reflexão.

---

<sup>7</sup> BOLSONARO e assuntos da semana. Jair Bolsonaro. *YouTube*. 9 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2KhRSbM>. Acesso em 23 fev 2020.

<sup>8</sup> A expressão é de Indursky (2020) e será retomada na conclusão. Por ora, reiteremos que, embora a *live* analisada tenha sido postada antes da posse do capitão-presidente, como explicamos inicialmente, nosso gesto de leitura se dá retrospectivamente, a partir do comentário feito à edição de 2021, ou seja, no seu terceiro ano de (des)governo.

## 2 A questão do Enem 2018

Foucault ([1971]2007, p. 21) caracteriza o comentário como um “procedimento de controle e de delimitação do discurso” que funciona “a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso”. Discursivamente, entendemos o comentário como um gesto de interpretação cujo efeito é esse procedimento de controle e delimitação de um dizer que lhe é anterior. Ou seja, trata-se de um dizer que se sustenta em outro dizer, produzindo para ele, a partir do posicionamento do sujeito-comentador no interior de uma dada formação discursiva (FD)<sup>9</sup>, um gesto de interpretação que tem como efeito a reorganização e a limitação dos seus sentidos, projetando-se como a única leitura possível. É, pois, nesse sentido que pensamos se fazer necessário retomarmos o texto da questão do Enem 2018 comentado pelo tenente-capitão e compreendido aqui como o texto primeiro sobre o qual o comentário – um texto segundo – se debruça, constituindo-se enquanto um prolongamento seu ao mesmo tempo em que, impondo-lhe uma perspectiva particularizante, tem como um de seus efeitos a limitação da sua possibilidade de significação.

No texto-base da questão 31 (1º Dia Caderno 2 - Amarelo - 1ª Aplicação) do exame realizado em 2018, além de serem apresentadas algumas palavras e expressões próprias do chamado ‘dialeto pajubá’, era transcrita a fala de um “usuário” – um advogado não identificado – que afirmava variar o seu registro conforme a situação comunicativa e alertava ser necessário ter cuidado, visto que muitas pessoas compreendiam o “dialeto”, que já estava na internet e já possuía inclusive um dicionário. Este, de acordo com a reportagem, existia desde 2006 e contava com mais de 1300 verbetes e definições do pajubá. A questão sobre variação linguística demandava, então, que, a partir da leitura do texto, o candidato indicasse a principal causa de, da perspectiva do “usuário”, o pajubá ganhar *status* de dialeto, passando a ser caracterizado como elemento de

---

<sup>9</sup> As FDs são regionalizações das formações ideológicas em que se dá a (re)produção de sentidos, determinando o que (não) pode e (não) deve ser dito, sob determinadas condições de produção, de um determinado lugar, a saber, no caso em análise, o de (des)presidente eleito. Nessa perspectiva, tais regionalizações constituem-se enquanto domínios de saber aos quais se filiam enunciados que, significados em seu interior, representam o modo como o sujeito se relaciona com a ideologia vigente.

patrimônio linguístico, como pode ser observado na figura 1, reproduzida a seguir.

Figura 1 - Questão 31 - 1º Dia Caderno 2 - Amarelo - 1ª Aplicação Enem 2018

**QUESTÃO 31**

**"Acuenda o Pajubá": conheça o "dialeto secreto" utilizado por gays e travestis**

Com origem no iorubá, linguagem foi adotada por travestis e ganhou a comunidade

"Nhai, amapô! Não faça a loka e pague meu acuê, deixe de equê se não eu puxo teu picumã!" Entendeu as palavras dessa frase? Se sim, é porque você manja alguma coisa de pajubá, o "dialeto secreto" dos gays e travestis.

Adepto do uso das expressões, mesmo nos ambientes mais formais, um advogado afirma: "É claro que eu não vou falar durante uma audiência ou numa reunião, mas na firma, com meus colegas de trabalho, eu falo de 'acuê' o tempo inteiro", brinca. "A gente tem que ter cuidado de falar outras palavras porque hoje o pessoal já entende, né? Tá na internet, tem até dicionário...", comenta.

O dicionário a que ele se refere é o *Aurélia*, a dicionária da língua afiada, lançado no ano de 2006 e escrito pelo jornalista Angelo Vip e por Fred Libi. Na obra, há mais de 1 300 verbetes revelando o significado das palavras do pajubá.

Não se sabe ao certo quando essa linguagem surgiu, mas sabe-se que há claramente uma relação entre o pajubá e a cultura africana, numa costura iniciada ainda na época do Brasil colonial.

Disponível em: [www.infbrazil.com.br](http://www.infbrazil.com.br). Acesso em: 4 abr. 2017 (adaptado).

Da perspectiva do usuário, o pajubá ganha status de dialeto, caracterizando-se como elemento de patrimônio linguístico, especialmente por

- A ter mais de mil palavras conhecidas.
- B ter palavras diferentes de uma linguagem secreta.
- C ser consolidado por objetos formais de registro.
- D ser utilizado por advogados em situações formais.
- E ser comum em conversas no ambiente de trabalho.

Fonte: BRASIL. INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/provas-e-gabaritos>>. Acesso em: fev. 2020.

A resposta da questão (letra C) aponta como fator motivador da constituição do *pajubá* enquanto dialeto a sua consolidação por objetos formais de registro, como o dicionário citado na reportagem. Observemos, porém, que, na própria formulação da questão (texto-base e enunciado), há dispersão no processo de significação do pajubá enquanto sistema linguístico (um *dialeto*, um conjunto de *expressões* e *palavras*, uma *linguagem*, um *elemento de patrimônio linguístico*). Assim sendo, torna-se fundamental pontuarmos, com Aurox (1992, p. 65), que a instrumentação de um sistema linguístico a partir de duas tecnologias, quais sejam: a gramática e o dicionário, é o que torna evidentes determinados elementos que permitem identificá-lo enquanto sistema e distingui-lo de outros. Essa instrumentação, entretanto, não é exterior ao discurso, ou seja, aos efeitos de sentido produzidos a partir do jogo ideológico. Nesse sentido, não se pode excluir da delimitação de um sistema o caráter político que sobre ela incide e que a constitui, fazendo-se significar no seu processo de nomeação.

Por isso, a desestabilização dos sentidos no que tange à nomeação do pajubá será considerada aqui como efeito de uma política de línguas, nos termos de Orlandi (2007a), na medida em que coloca em funcionamento uma disputa de sentidos que, ao delimitar um sistema em detrimento de outros – no caso, o pajubá em sua relação com a língua tomada como oficial do Estado brasileiro<sup>10</sup> –, supondo administrá-los, promove silenciamentos<sup>11</sup> não apenas em relação a um dado modo de dizer, mas a um modo de se constituir sujeito de linguagem<sup>12</sup>. Esse gesto de privilegiar uma língua ou algumas línguas (e não outras), conforme Zoppi-Fontana (2015, p. 221), é “constitutivo da relação do Estado nacional com as línguas faladas no seu espaço territorial”. Neste trabalho, entendemos, então, por um lado, que o pajubá se constitui como uma dimensão outra da língua<sup>13</sup> que irá se relacionar, no espaço enunciativo brasileiro, de forma tensa com a dimensão oficial e, por outro, que a designação “dialeto secreto”, que comparece na reportagem tomada como texto motivador da questão do Enem – bem como as demais designações presentes na questão e no comentário do capitão – diz da posição a partir da qual o pajubá e, portanto, os sujeitos identificados a esse modo

<sup>10</sup> A língua oficial resulta, como pontua Zoppi-Fontana (2015, p. 222) ancorada nas reflexões de Guimarães, “de uma decisão de Estado que exerce pressão normativa sobre os aparelhos de Estado, notadamente o judiciário e a Escola, impondo essa língua como aquela exigida aos cidadãos na sua relação com a estrutura administrativa estatal”. Essa dimensão da língua do Brasil, segundo a autora (ZOPPI-FONTANA, 2015, p. 224), “é representada na memória discursiva por *condensação metonímica*, ou seja, como a somatória de uma denominação – Língua Portuguesa – e de uma norma ortográfica submetida aos embates políticos e ideológicos de acordos internacionais” [negrito da autora]. Assim, esse corpo imaginário da língua oficial – materializado por seu nome e sua grafia – atribui-lhe uma estabilidade referencial – também imaginária a partir da qual a língua oficial é representada “como sendo fixa na sua forma e funcionamento e sempre a mesma para todos os cidadãos do Estado brasileiro”.

<sup>11</sup> Ver o que dissemos na nota 5 sobre política de silêncio.

<sup>12</sup> Mesmo em estudos linguísticos dedicados ao tema, os efeitos dessa política também se fazem significar, sendo o pajubá nomeado de diversas formas, tais como: “dialeto pajubá” (MORAIS, 2019); “conjunto de palavras” (SANTOS; SILVA, 2017), “línguagens pajubeyras” (LIMA, 2017). “forma de linguagem”, “socioleto” (LEAL, 2018).

<sup>13</sup> O léxico do pajubá tem origem na fusão do português falado no Brasil e outras línguas modernas, com elementos sobretudo das línguas nagô e iorubá, que são chamadas “línguas de santo” por serem faladas nos terreiros de religiões de matriz africana, espaços em que sujeitos constituídos a partir de identificações não heterocisnormativas encontravam (e até hoje encontram) acolhimento. Segundo Lima (op. cit.), “o pajubá se estabelece, a partir da década de 1960, como meio de comunicação entre as travestis e enquanto forma de resistência ao violento aparato estatal da Ditadura”. Desde então, passou a ser incorporado pela comunidade LGBTQIA+, ampliando seu léxico e delimitando características sintáticas e ortográficas, como, por exemplo, a apropriação do sistema gráfico do inglês na grafia de *beesha*, *bee*, numa resignificação do pejorativo “bicha” do português, mas também a negação de tal sistema, como em *guei*, para “gay” do inglês.

de dizer são discursivizados. Sob essa perspectiva, consideramos, com Zoppi-Fontana (2015, p. 238), que

pensar a identidade das línguas e dos sujeitos dessas línguas em relação a um espaço de enunciação determinado é pensar uma determinada configuração territorial como espaço metaforizado pelo jogo contraditório de diversas memórias da língua, a partir das quais se produzem os processos de identificação simbólica e imaginária que constituem o sujeito do discurso na relação material entre línguas co-existentes.

Isso significa ainda que, considerando a dimensão política que afeta e constitui toda e qualquer língua e aproximando-nos das reflexões de Lima (2017) e Leal (2018), consideramos o pajubá como um lugar de resistência e de visibilidade na/da língua e, por meio dela, dos sujeitos que a ela se identificam. Isto é, entendemos que com/no pajubá tem-se “a desalienação trans da língua portuguesa”, uma “forma de linguagem anticolonial transgênera” (LEAL, 2018, p. 113), “um movimento de apropriação, ou mesmo roubo linguístico que caracteriza o pajubá enquanto (não)sistema de significação beesha” (LIMA, 2017, *on-line*).

Tendo delineado brevemente o tema da chamada linguagem *pajubeyra* e como esta é textualizada na questão do Enem, passemos agora à descrição-interpretação da *live* do tenente-capitão em que tece comentários sobre essa questão, buscando compreender como o pajubá e os sujeitos identificados a essa dimensão outra da língua são significados.

### **3 A *live* do tenente-capitão: uma ode ao ódio**

Considerando, conforme Orlandi (2003), que os procedimentos metodológicos, em AD, se constituem a partir do batimento entre descrição e interpretação do *corpus* e tendo em vista os constantes deslizos temáticos materializados no comentário do capitão, organizamos nosso gesto de análise em oito tópicos apresentados a seguir.

#### **3.1 Imaginário de interlocução, transparência e verdade**

Cinco dias após a realização da prova do Enem, o agora capitão-presidente dedica aproximadamente sete dos trinta minutos de programa para tratar da educação. A sua conta na plataforma de compartilhamento de vídeos *YouTube* foi criada em 30 de junho de 2009 e registra, até a

data de elaboração deste texto, 3,59 milhões de inscritos, acumulando um total de 257.698.463 visualizações. A transmissão que se constitui enquanto *corpus* de análise deste trabalho é a décima quarta *live* realizada, a primeira após os resultados das eleições, e teve até então só na conta do *YouTube* 370.292 visualizações.

As “*lives* de Bolsonaro” ou as “*lives* do presidente”, como passaram a ser conhecidas após 2019, se inscrevem em uma memória discursiva de comunicações presidenciais oficiais que, fundada nos anos 1920, remontam a uma série de transmissões televisivas e radiofônicas que visavam à aproximação do ocupante da cadeira presidencial ao seu eleitorado, atualizando-a.

A comunicação direta com o povo, estratégia comum em governos populistas e/ou autoritários, foi a tônica desde o início das transmissões radiofônicas no Brasil. Nas palavras de Sevcenko (1998, p. 587), “Já no início dos anos 20, o populismo descobriria no rádio a sua pedra filosofal, capaz de transformar a massa amorfa de ouvintes na força agregada da paixão política”. Seguindo a instrumentalização do rádio adotada pelo então presidente estadunidense Franklin D. Roosevelt, é criado no Brasil, em 1935, o “Programa Nacional”, que tinha por objetivo ser um canal governamental de informação para a população. Três anos mais tarde, o programa passa a ter veiculação obrigatória e é renomeado de “Hora do Brasil”, sendo utilizado durante toda a ditadura Vargas como instrumento de propaganda do governo. Em 1962, o programa tem seu nome alterado novamente e com ele se mantém até a atualidade: “Voz do Brasil”, sendo ainda utilizado durante o regime militar com o mesmo fim (HAJE, 2012).

Em 1979, a então TVS, atual SBT, cria o programa de televisão “Semana do Presidente” com o intuito de informar a população da agenda de João Figueiredo – último militar a ocupar a cadeira presidencial no período ditatorial. O programa estendeu-se até os anos do governo Fernando Henrique. Entre maio de 1982 e setembro de 1983, era veiculado na Rede Globo o programa “O presidente e o povo”, em que Figueiredo respondia a perguntas de telespectadores e jornalistas (MEMORIAGLOBO, *on-line*). Nos governos petistas (2003-2016), a transmissão radiofônica oficial se dava pelo “Café com o presidente”, nos mandatos de Lula, e “Café com a presidenta”, nos de Dilma Rousseff.

Indursky (2020, p. 379), refletindo especificamente sobre o funcionamento de governos autoritários, explica que contar com o apoio da

massa é uma das suas características. De acordo com a autora, na ditadura brasileira, essa massa era constituída pelo “povo brasileiro, que temia o comunismo e as reformas de base que a esquerda defendia”. Para alcançar seus seguidores, os generais – afirma Indursky – “discursavam através das telas de tv, reunidas em cadeia nacional. E, dessa forma, penetravam em todas as casas, convenientemente às 20h, quando os brasileiros estavam reunidos na sala de jantar (...) e aguardavam a novela das 8h”.

Com a transposição de mídia realizada pelo capitão-presidente eleito, uma outra atualização dessa memória é colocada em funcionamento. A veiculação via redes sociais e plataformas de exibição de vídeos promoveu um efeito de apagamento do mediador<sup>14</sup>, já que não são transmitidas por nenhum dos veículos da grande mídia, mas por seu canal pessoal no *YouTube*, o que é mobilizado em seu discurso como índice de maior transparência e proximidade com seu eleitorado, em oposição às informações deturpadas produzidas pelos órgãos de imprensa.

Até aqui buscamos apresentar elementos que nos possibilitassem compreender as condições de produção que determinam o dizer do tenente-capitão e que nele se presentificam, quando dos gestos de interpretação empreendidos pelos sujeitos (locutor e interlocutor), por meio da projeção de imagens de si (*quem sou eu que lhe falo assim* ou *para que ele me fale assim?*), do outro (*quem é ele para que eu lhe fale assim* ou *para que me fale assim?*) e do objeto do discurso (*do que eu falo* ou *do que ele me fala?*) (PÊCHEUX, [1969] 2010). Tais imagens constituem, pois, o que, conforme Orlandi, nos permite “passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso” ([2001] 2007b, p. 40), o que significa, portanto, que “o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, [2001]2007b, p. 39). Assim sendo, em nossa leitura, buscaremos depreender as imagens projetadas pelo sujeito-enunciador-comentador de si, do outro e do objeto do dizer para nas seções seguintes refletirmos sobre o seu funcionamento.

Antes de passarmos ao fragmento destacado para análise – a saber: a porção final da transmissão dedicada à educação –, são relevantes algumas palavras sobre o início do vídeo, do qual recortamos a sequência a seguir:

---

<sup>14</sup> “Efeito de apagamento”, uma vez que essa nova mídia possui regulação privada que a permite excluir material que fere a regulação interna da plataforma. O assunto é complexo e merece desdobramentos, mas, se o fizéssemos, nos distanciariamos dos objetivos deste trabalho.

(SD1) Tá valendo? Boa noite a todos. Passou das dezoito horas. Estamos voltando aqui às nossas *lives*. A nossa informação direta aqui com vocês, tendo a verdade acima de tudo. (BOLSONARO, 2018. Cf. nota 8)

O primeiro ponto a se destacar desses quinze segundos iniciais marca um elemento que será desdobrado mais adiante: a produção de um imaginário de interlocução estabelecida entre o sujeito-enunciador e o efeito-interlocutor projetado. Anteposto ao enunciado “Boa noite a todos”, marca linguística do início de uma transmissão televisiva, temos “Tá valendo?”, uma espécie de *off* vazado direcionado não ao espectador, mas ao diretor/operador de câmera. O rompimento com a memória evocada pelas transmissões televisivas e radiofônicas, cujo interlocutor é o espectador, produz um efeito de amadorismo, simplicidade, *como se fosse* um vídeo caseiro, sem grandes planejamentos. Tal efeito é reforçado com a expressão posposta: “Passou das dezoito horas.”, recurso metalinguístico que se refere ao “boa-noite”, articulando-se à memória de uma regra de etiqueta (após às 18 horas dá-se *boa-noite* e não mais *boa-tarde*), estabelecendo o imaginário de interlocução e convocando os sujeitos-espectadores (ou pelo menos, como veremos, uma parte deles) a se inscreverem na posição projetada para o interlocutor.

Outro ponto relevante é a significação do seu dizer como transparente e dos sentidos nele veiculados como verídicos em: “A nossa informação direta aqui com vocês, tendo a verdade acima de tudo”. Nessa sequência, a determinação de *informação* pelo adjetivo *direta* remonta ao discurso adotado na campanha (e mantido durante o mandato) do tenente-capitão de vilanização da imprensa (a “extrema-imprensa”<sup>15</sup>, como passaram a ser designados veículos que noticiavam informações negativas do candidato), acusada de deturpar e inventar notícias difamatórias. Nesse sentido, o enunciado “a verdade acima de tudo” – uma paráfrase do slogan de campanha “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” – reitera tal discurso, produzindo um efeito de honestidade do/para o sujeito-enunciador e o seu dizer, ao passo que, tornando a mediação da imprensa desnecessária, deslegitima os sentidos

---

<sup>15</sup> Cf. por exemplo, BUGALHO, H. “Extrema-imprensa” e redes antissociais: as táticas bolsonaristas de destruição. Carta Capital. 18 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3agwP3S>. Acesso em 19 de mar. de 2020.

por ela veiculados. Essa é, pois, segundo Indursky (2020, p. 379), uma outra marca de regimes totalitários: a censura aos órgãos de imprensa com vistas a impedir que os crimes cometidos sejam denunciados. O modo de funcionamento de tal censura, no entanto, é aqui também atualizado, já que, como pontua a autora, embora seja constantemente atacada pelo tenente-capitão, a imprensa, salvo raras exceções, não está sob censura explícita. Ela continua noticiando as constantes investidas do (des) governo contra as liberdades e as instituições, mas essas notícias são a todo momento questionadas pelo capitão e sua massa de seguidores<sup>16</sup>.

É ainda significativo que tais elementos – o de projeção da imagem do interlocutor e o de transparência e honestidade – se materializem nos instantes iniciais da transmissão e sejam mobilizados até seu encerramento em que temos, após uma falha de transmissão (o que também interpretamos como elemento que ratifica o efeito de sentido de amorosismo, ao qual, na fala de capitão, se articula o de transparência e honestidade), o qualificador “verdadeiras” atribuído a “notícias”, como vemos em:

(SD2) [...] que colabora com essas *lives* [falha na transmissão] pra vocês, as *notícias verdadeiras*, o que vem acontecendo no Brasil. Pessoal, meu muito obrigado pra vocês, e vamos pra posse hein? *O Brasil é nosso. Valeu.* (BOLSONARO, 2018. Cf. nota 8)

Na sequência acima, o significante “*lives*” é articulado parafrasticamente a “notícias verdadeiras” e “o que vem acontecendo no Brasil”. Tal articulação sintática, ao equivaler os sintagmas destacados, remonta ao discurso de transparência e honestidade construído durante toda a transmissão. A *live*, então, é encerrada, após uma convocação para a cerimônia de posse, com um “O Brasil é nosso”, em que esse *nosso* faz ressoar a ambiguidade construída também ao longo da transmissão entre um *nós* inclusivo e um outro exclusivo, como trataremos adiante.

A transcrição do fragmento recortado da *live* transmitida em 9/11/2018 em que comparece o comentário à questão do Enem encontra-se em anexo, ao final do texto. Ao longo de nossa análise, algumas sequências foram reproduzidas no corpo do texto. Além disso, para facilitar o encadeamento da leitura, as linhas da transcrição anexa foram numeradas e referidas pelos números correspondentes nas próximas seções.

---

<sup>16</sup> Cf. nota 4.

### 3.2 Dois lados em um campo de batalha: Nós X aquelas pessoas

Na *live*, o tenente-capitão, ao comentar a questão do Enem, silencia a sua temática e projeta, como assinalamos anteriormente, um imaginário de interlocução, de diálogo com o interlocutor, e de tranquilização para “todos” para os quais e em nome dos quais diz falar, ao anunciar sua política de gestão do exame para 2019, ano em que assumiria a presidência do Brasil. Para introduzir o tema a ser abordado, primeiramente declara de forma genérica que “Educação é um ministério complicado” (linha 2) e, em seguida, faz uma particularização explicitando o que seria essa complicação ao citar a prova do Enem: “Essa prova do Enem, vão falar que eu tô implicando. Agora, pelo amor de deus, essa, esse tema. A linguagem particular daquelas pessoas. O que nós temos a ver com isso, meu deus do céu?” (linhas 2-4).

Nessa sequência, ao indeterminar o agente da ação expressa pelo verbo da primeira oração, o sujeito antecipa possíveis posicionamentos emanados de outros lugares (“vão falar que tô implicando”) deslegitimando-os, a partir da mobilização de um enunciado que – diremos – filia-se a um certo discurso religioso. Tal discurso, materializado pelas locuções interjectivas “pelo amor de deus” (linha 3) e “meu deus do céu” (linha 4), instaura uma posição-sujeito que inscreve no dizer um efeito de oposição do enunciador (e de seus apoiadores e seguidores) ao objeto em questão. Em ambos os casos, a mobilização dos enunciados filiados à memória dessa religião não nomeada não somente passa a significar “esse tema” (linha 3) e “isso” (linha 4), respectivamente, a partir de um lugar de profanação, daquilo que não é da ordem da fé, do bem, da família, como também funciona como recurso que enfatiza a desaprovação e, portanto, a oposição de “nós” (a coletividade em nome da qual o enunciador diz dizer) à “linguagem particular daquelas pessoas”, expressão para a qual “esse tema” e “isso” apontam – aquele, cataforicamente; e este, anaforicamente.

Além disso, ao empregar tal expressão parafrástica – em vez de *pajubá* –, o capitão silencia de que *linguagem* está tratando e que pessoas são essas que possuem tal linguagem dita *particular* produzindo o efeito de distanciamento e de estranhamento em relação aos seus interlocutores – a linguagem é “daquelas pessoas”, nós não temos nada a ver com isso – e interditando não só o seu modo de dizer (já que a “tradução daquelas palavras” é significada como “um absurdo, um absurdo”, linha 5), mas também as formas de existência daqueles que a esse modo se identificam.

Essas formas de existência são referidas, com um efeito de ironia, por meio da alusão a comportamentos sexuais, em outras sequências, como as que se encontram compreendidas entre as linhas 13-15 e 18-19. Em nenhum momento, como podemos observar, “aquelas pessoas” ou mesmo os grupos sociais a que pertencem são nomeados. A referência a elas é feita também por meio do emprego genérico do pronome de tratamento *você* (linhas 13-14), que, indefinindo o agente das ações expressas pelo verbo, indefine também as subjetividades referidas, negando a esses sujeitos uma existência legítima e integrada à sociedade. Ao mesmo tempo, porém, essas subjetividades são limitadas a comportamentos que são significados no dizer do tenente-capitão como anormais, já que não se inserem no imaginário de normalidade projetado a partir da sua identificação a um discurso conservador (“Ninguém quer impor nada, mas queremos a normalidade”, linhas 44-45), reforçando o efeito de distanciamento e de estranhamento que mencionamos anteriormente.

Notemos que há nesse último recorte (linhas 44-45) duas posições antagônicas: uma que nega a imposição de determinados padrões de normalidade e outra que afirma tal imposição e que se sobrepõe à primeira, caracterizando aquilo que Courtine ([1981] 2009) chamou de enunciado dividido. Nesse enunciado, o operador discursivo *mas* constitui-se como a marca *na* língua que promove o deslizamento de uma posição-sujeito a outra filiada a um domínio de saber distinto do qual se inscreve a primeira. Essa divisão materializa a disputa de sentidos em relação ao que, de uma dada posição, poderia ser tomado como uma interdição. Assim, antecipa-se esse sentido, negando-o para depois reafirmá-lo com outras palavras, e produz-se desse modo um efeito de dissimulação. Como nos explica Orlandi, falar em efeito ([1992] 2007d, p. 22) é aceitar que, na relação entre as diferentes formações discursivas, entre as diferentes posições-sujeito, diferentes sentidos sempre estão em jogo, em disputa – daí, em suas palavras, “a presença do equívoco, do sem-sentido, do sentido ‘outro’ e, conseqüentemente, do investimento em ‘um’ sentido”. Dessa maneira, quando falamos em efeito de dissimulação, referimo-nos a essa divisão inscrita em todo e qualquer dizer, que, no caso em tela, produz a relativização do que pode e deve ser considerado uma imposição.

É interessante observar ainda o funcionamento, nas linhas 13-15, da oração “Vá/vai ser feliz”, que é repetida três vezes. Nela, o verbo de movimento *ir* flexionado no imperativo inscreve no dizer uma ordem

e/ou desejo, sugerindo que o “ser feliz” só será possível se houver um deslocamento não necessariamente geográfico: *vá ser feliz*, ao que se tomaria como implícito uma coordenação adversativa, algo como “mas não aqui, não na escola, na universidade, no Ministério da Educação”. A oração “vá ser feliz” e o lançamento da felicidade do outro para alhures materializam a divisão do enunciado que se constitui no atravessamento contraditório de um discurso liberal (seja feliz, expresse sua sexualidade, não queremos impor nada) e um discurso conservador (faça isso longe daqui, queremos normalidade, então permaneça em silêncio para não “nos” incomodar, porque “nós somos um país conservador” (linhas 17-18)).

Além disso, nesses recortes, assim como em “Vão obrigar a molecada a se interessar por isso agora no Enem do ano que vem?” (linhas 5-6), considerando o efeito-interlocutor projetado na *live* – a saber, como demonstraremos adiante, a chamada família tradicional brasileira, conservadora e cristã –, materializa-se uma recorrência apelativa ao medo. A indeterminação do agente aqui, mais uma vez, coloca em questão posicionamentos emanados de um lugar diferente daqueles em que se inscrevem o sujeito-comentador e o efeito-interlocutor projetado em seu dizer. Esse apelo, não só reforça o distanciamento e o estranhamento entre “nós” e “aquelas pessoas”, excluindo-as do funcionamento social e significando-as como um problema que gera “perturbação”, como é formulado como justificativa da necessidade de censura do exame.

Diante dessa complicação, afirma, então, o tenente-capitão, apresentando uma solução por meio do anúncio da política de gestão e censura do exame a ser instituída em seu (des)governo ao mesmo tempo em que se projeta como um “pacificador” (linha 10): “Pode ter certeza, fiquem tranquilos. Não vai ter questão dessa forma no ano que vem. Nós vamos tomar conhecimento da prova antes. Não vai ter isso daí” (linhas 7-8). Observemos aqui que, ao longo de todo o fragmento da *live* recortado, esse imaginário de interlocução em que o capitão dirige-se diretamente ao seu eleitor (apoiador e seguidor, e não a todos os espectadores ou ao povo brasileiro como um todo) se mantém por meio de estruturas linguísticas que instauram uma segunda pessoa discursiva, como o imperativo (“*fiquem* tranquilos”) e o pronome de tratamento *vocês* (linhas 57 e 60, por exemplo), ou ainda por meio de perguntas (“*O que nós temos a ver com isso, meu deus do céu?*”, linha 4) e do emprego da primeira pessoa do plural (“*nós*”). À apreensão do funcionamento desta última nos deteremos na próxima seção.

### 3.3 São todos iguais, mas uns são mais iguais que outros: Nós ≠ Nós = todos<sup>17</sup>

Indursky (1997, p. 66-67), retomando os trabalhos de Benveniste e Guespin sobre a questão da interlocução, lembra que *nós* – bem como os demais pronomes e a desinência de primeira pessoa do plural – “se mostra muito produtivo, pois, por seu intermédio, o locutor pode associar-se a referentes variados, sem especificá-los linguisticamente, daí ocorrendo a ambiguidade de seu dizer”. Indo além, a autora propõe que, discursivamente, *nós* seja considerado como resultante da associação entre locutor e um referente lexicalmente não identificado, a que designa como “não-pessoa discursiva”, pontuando que, em função da ambiguidade por ele instaurada no dizer, pode-se observar no jogo enunciativo “diferentes tipos de *nós*”.

Com base nas reflexões de Indursky (1997), depreendemos, no comentário do tenente-capitão, dois tipos de *nós*, um exclusivo e outro inclusivo, os quais se articulam a dois tipos de *a gente* e que por vezes se confundem, como podemos observar no quadro 1:

Quadro 1 - Tipos de Nós

Tipo	SD	Descrição do referente discursivo
NÓS EXCLUSIVO	“Nós vamos tomar conhecimento da prova antes” (linha 7).	Nós = o tenente-capitão futuro capitão-presidente/ o (des)governo
	“A gente vai tentar mudar isso daí” (linha 26).	A gente = o tenente-capitão futuro capitão-presidente / o (des)governo
NÓS INCLUSIVO	“Pra gente sonhar com aquilo que nós merecemos.” (linhas 47-48)	Nós e A gente = o capitão-presidente + apoiadores e seguidores

Em “*Nós vamos tomar conhecimento da prova antes*” (linha 7), temos um *nós* exclusivo, a partir do qual o tenente-capitão se projeta, no futuro, em seu (des)governo, como (des)presidente. Assim, *nós* se refere àqueles que estarão no poder e a quem, sob o comando do capitão-presidente, caberá tomar certas medidas para impor censura ao exame a fim de que determinados sentidos não compareçam<sup>18</sup>. O mesmo pode ser

<sup>17</sup> Jogamos aqui e no título da seção 3.5 com a letra da música “Ninguém=Ninguém”, de Humberto Gessinger.

<sup>18</sup> Indursky (1997) considera o *nós* exclusivo como aquele que se refere discursivamente à esfera do espaço público individual, remetendo para o papel institucional exercido pelo presidente da república. Aqui, devido ao funcionamento de declarações do capitão-presidente analisadas pela autora recentemente (Cf. “Não sou contra a Constituição, ao contrário. Eu sou, realmente, a Constituição! (FSP, 20.04.20)”, em INDURSKY, 2020, p. 372), o consideramos como resultante da sobreposição entre essa esfera e o espaço público institucional do qual um presidente seria o porta-voz.

dito em relação ao emprego de *a gente*, em “*A gente* vai tentar mudar isso daí” (linha 26), ao se referir aos centros acadêmicos das universidades públicas. Embora gramaticalmente estabeleça concordância com a terceira pessoa do singular, o funcionamento de *a gente* aí equivale ao do *nós* exclusivo, ou seja, ao capitão-presidente e ao seu (des)governo. Já em “Pra *gente* sonhar com aquilo que *nós* merecemos” (linhas 47-48), quando se refere ao combate à corrupção, *nós* e *a gente* são inclusivos, remetendo não ao (des)governo do capitão, mas a ele e aos seus apoiadores e seguidores.

Note-se, contudo, que, mesmo o *nós* e o *a gente* exclusivos, apesar de veicularem nas sequências analisadas sentidos de censura e repressão, têm como efeito a produção da ilusão de que o povo (isto é, a parcela do povo que nele votou, seus apoiadores e seguidores) terá voz nesse (des)governo, seus anseios e desejos serão atendidos numa gestão compartilhada e democrática. Ou seja, há, como observa Indursky (1997, p. 75-76), em função da coexistência no comentário do capitão de dois tipos de *nós* distintos, “um efeito de neutralização dos diferentes referentes discursivos que as *não-pessoas discursivas* mobilizam” [itálico da autora] – efeito este do qual decorre “o sujeito embaçado de uma enunciação indeterminada e ambígua” e que se coloca como um “efeito de sentido performativo”, produzindo a ilusão de socialização, de compartilhamento de palavras, ideias e ideais entre locutor e o outro (efeito-interlocutor) inscrito em seu dizer.

No que concerne ao efeito-interlocutor projetado por meio do emprego do *nós/ a gente* inclusivo, é interessante observar ainda que, a partir desse emprego, embora o tenente-capitão se projete como representante de uma coletividade, produzindo a ilusão de que fala para/ por *todos* (“Pra *gente* sonhar com aquilo que *nós* merecemos, linha 53; “respeitando a *todos*”, linha 55), esse *nós/ a gente* que desliza para um *todos* na verdade é constituído, como anunciamos, somente pelos seus apoiadores e seguidores.

Em outras passagens, esse *todos* é ainda retomado por itens lexicais genéricos, como *brasileiro(s)* e *povo*, como em:

(SD3) o brasileiro, a maioria dos brasileiros que votaram em mim não querem mais isso (linha 27).

(SD4) E nós queremos isso, o povo quer isso: combater a corrupção no Brasil, combater o que está dando errado (linhas 52-53).

Note-se que, a uma primeira vista, a construção do outro no dizer do capitão se coloca como sendo de “modo consensual” (INDURSKY, 2020, p. 90). No entanto, ao analisar as sequências, observamos que, na primeira, o item lexical *brasileiro* é retomado por *a maioria dos brasileiros que votaram em mim (...)*, havendo, assim, por meio da expressão partitiva “a maioria de” e da oração adjetiva restritiva “que votaram em mim (...)”, uma delimitação do seu sentido. Já na segunda, o item lexical *povo* retoma o pronome *nós*, que, por sua vez, projeta, como vimos, uma ilusão de socialização, a qual é corroborada pelas orações substantivas apositivas “combater a corrupção no Brasil, combater o que está errado”, que explicitam o desejo atribuído, ao mesmo tempo, a *nós* e ao *povo*.

Voltaremos à relação entre *nós* e *povo* em 3.8. Por ora, é suficiente observar que, no que concerne à mobilização dos itens lexicais *brasileiro(s)* e *povo*, não há um emprego coletivo, mas partitivo – efeito este reiterado pelo comparecimento de outros dois itens de uso mais restrito, quais sejam: *pai/papai* e *mãe/mamãe*, ao se referir, por exemplo, àqueles a quem cabe ensinar sexo aos filhos (“Quem ensina sexo é papai e mamãe e ponto final”, linhas 15-16) e àqueles que colocam o filho na escola e querem que ele aprenda algo útil, como história e geografia, para o seu futuro (linhas 8-9), e não “questões menores” (linha 12), “besteiras”, como a chamada “ideologia de gênero” (linha 22). Essa delimitação dos sujeitos que (não) podem e (não) devem se identificar ao efeito-interlocutor projetado em seu dizer reforça, portanto, o efeito de cisão social que sinalizamos anteriormente e o de marginalização “daquelas pessoas” que, por não seguirem padrões de comportamento significados como normais, não estão incluídas nesse “todos” para quem o (des)presidente eleito diz que irá (des)governar.

Note-se aqui ainda que o sentido de algo que seja útil está de um lado atravessado pelo discurso nacionalista (aprender algo que seja útil para o “futuro (...) do nosso Brasil”, linha 8-9) e de outro pelo discurso capitalista, em sua modalidade neoliberal, o qual, como assevera Indursky (2020, p. 382), “visa exclusivamente à acumulação do lucro, sem considerar o social”. A partir dessa territorialização interdiscursiva, a “molecada” é, então, significada como futuros empregados e patrões, sendo o objetivo da educação limitado à profissionalização, como podemos ler nas linhas 20-24.

### 3.4 O terror como estratégia de combate – parte I: a deslegitimação da universidade pública

A limitação da finalidade da educação na escola e na universidade à profissionalização e a distinção entre educação e instrução (“Nós sabemos que a educação quem dá é os pais, instrução é na escola”, linha 43), somadas à necessidade de investir melhor o dinheiro público devido à crise e à má administração perpetrada pelo governo anterior, é o que justifica ainda a deslegitimação das universidades, nas quais se tem “dinheiro jogado fora”, e das organizações estudantis, os centros acadêmicos. Apelando ao terror, a partir de um relato de experiência particular que é colocado como verdade inquestionável, o tenente-capitão afirma ter ido a um único centro acadêmico, notadamente o da UNB, e visto pichações, bebidas, drogas e preservativos jogados no chão (linhas 21-22), sendo o lugar comparado a um “ninho de rato”. Devemos chamar a atenção aqui para o fato de que, embora parta de um relato de experiência particular, o efeito produzido a partir da mobilização desse relato, junto à massa de seguidores que tomam o capitão como autoridade, é o de legitimação e de generalização, de modo que as características supostamente observadas em sua visita à UNB e vistas em vídeos e em matérias televisivas – cujas fontes não são citadas – deslizam, passando a ser atribuídas a “uma parte considerável” das universidades e centros acadêmicos brasileiros.

Em seguida, novamente a estratégia da antecipação de posicionamentos filiados a outros lugares é mobilizada, a partir do emprego da indeterminação do sujeito (“Ø vão querer... [Ø vão] me chamar”), para deslegitimá-los:

(SD5) As universidades, aqui, pelo amor de deus, uma parte considerável delas é dinheiro jogado fora, é centro acadêmico, tanta besteira que a gente vê, vê em vídeos, até na televisão sai matérias. Tive na UNB, em Brasília, fui lá no centro acadêmico e era maconha, era camisinha, preservativo no chão, cachaça na geladeira, tudo pichado. Parecia um ninho de rato, e daí? Mudar isso é difícil. Vão querer parar as universidades, me chamar de homofóbico, de fascista, ditador, né? A gente vai tentar mudar isso daí. (linhas 22-27)

Além disso, nessa sequência, o enunciado “a gente vai mudar isso daí” tem funcionamento polissêmico, visto que possui dois escopos possíveis: ou se afirma que *a gente* – o tenente-capitão, o (des)governo – vai mudar a realidade dos centros acadêmicos nos quais haveria comportamentos inadequados à normalidade social, instaurando-se, assim, uma oposição em relação à dificuldade de mudança anteriormente apontada (“mudar isso é difícil”); ou se afirma que *a gente* – também o tenente-capitão, o (des)governo – vai mudar isso daí, isto é, a possibilidade de greve (“vão querer parar as universidades”) e de discordância (“[vão] me chamar de homofóbico [ainda que nessa passagem não se refira a homossexuais], de fascista, ditador”). Embora o direito à greve e à liberdade de pensamento e de expressão sejam assegurados pela legislação brasileira, nesse imaginário, o não cumprimento da lei se justifica em função do efeito de consenso, de socialização, sobre o qual discorremos anteriormente: o (des)presidente eleito não fala somente em seu nome, mas no da *maioria dos brasileiros que votaram nele* e não querem mais ver esse tipo de comportamento nas universidades<sup>19</sup>. É, portanto, em nome do respeito aos direitos de uns que se legitima a necessidade de desrespeitar os de outros – donde fica a questão: que outros?

### 3.5 Tão (des)iguais: nós = todos ≠ você = os caras = aquelas pessoas (“não nós”)

Embora no texto-base da questão do Enem o pajubá seja definido como “o ‘dialeto secreto’ utilizado por gays e travestis”, no comentário do tenente-capitão, há um deslizamento da sua temática e redução da identificação a subjetividades não heterocisnormativas a uma questão de escolha de parceiro sexual, silenciando, assim, questões outras, como a de identidade de gênero e a da violência sofrida por esses sujeitos. Na sequência discursiva compreendida entre as linhas 13 e 19, essa redução das questões de gênero e de orientação sexual é materializada a partir de

<sup>19</sup> Indursky (2020, p. 382) pontua que não se pode atribuir a “guerra às universidades e à pesquisa bem como o negacionismo a tudo o que científico exclusivamente ao fascismo”, ainda que o (des)governo flerte constantemente com ele. Para a autora, “com certeza, o fascismo se faz presente na desconstrução da Educação”, mas ele está associado ao capitalismo neoliberal, já que “o sucateamento das Universidades implica a mercantilização da Educação e sua entrega às mãos da iniciativa privada que não tem nenhum compromisso além do lucro”.

dois significantes-chave de sua campanha: *conservador* e *liberal*. Tais significantes presentificam no dizer duas posições, uma filiada a um discurso conservador e outra a um discurso (neo)liberal, as quais são ainda atravessadas por discurso(s) nacionalista(s) e convivem na FD em que se inscreve o sujeito-enunciador de forma paradoxal, visto que, apesar de sustentar-se um discurso econômico (neo)liberal (redução do Estado visando à maior liberdade e à autorregulação do setor privado, defendendo privatizações e maior circulação de capital estrangeiro), no campo dos costumes adota-se um discurso conservador.

A tensão entre essas duas posições se materializa ao longo de toda a sequência e é sintetizada em: “Que realmente entenda que nós somos um país conservador. Ou vai querer tudo liberal?”. Em seguida, ela se desdobra em: “Se você quer, se os caras quer liberar o que é deles, que libere o que é deles, não vai botar dentro do Ministério da Educação certas coisas que não nos interessa”. Não há também nessa sequência uma interdição enunciada no que diz respeito às relações homoafetivas. Ao contrário, sustentada por um princípio (neo)liberal de que o indivíduo (e não o Estado) deve decidir sobre sua vida, sobre seu corpo, diz-se: “se os caras quer liberar o que é deles, que libere”. Entretanto, esse dizer apenas emula, no jogo de palavras entre *liberal* e *liberar*, um discurso (neo)liberal, uma vez que censura a circulação dessas subjetividades a partir de um discurso conservador: “não vai botar dentro do Ministério da Educação certas coisas que não nos interessa. Não vai.”, o que tem como efeito a interdição de um discurso pró-LGBTQIA+ por parte do Estado, já que o tenente-capitão, enquanto (des)presidente eleito, se projeta como seu porta-voz.

Tendo em vista esse funcionamento, em que o discurso (neo)liberal paradoxalmente se harmoniza com o discurso conservador, é interessante retomar aqui a construção da imagem do outro no comentário do capitão. Como pontuamos anteriormente, em seu dizer, projeta-se a imagem de um outro a quem ele se dirige – portanto, o seu interlocutor (apoiador e seguidor) – de um modo geral por meio daquilo que chamamos em 3.3 de nós inclusivo e, mais raramente, por meio do imperativo, do pronome de tratamento *vocês* e de perguntas. Há, no entanto, também a representação de um outro inscrito no dissenso que, na esteira de Indursky (1997), chamaremos de contrário e ao qual a inscrição na posição de interlocutor é interdita, instaurando-se, assim, uma terceira pessoa discursiva. A natureza dessa representação

é, predominantemente, gramatical e pode se materializar de diferentes formas. Duas delas vimos brevemente em 3.2: a indefinição por meio do emprego de pronome demonstrativo acompanhado de substantivo de referência indefinida (“aquelas pessoas”) e a indeterminação do agente por meio do emprego da construção [sujeito Ø + 3ª pessoa do plural] (Ø vão falar...).

Na sequência em análise, os dois outros – o interlocutor e o contrário – inscritos no dizer do capitão entram em tensão. Vejamos:

(SD6) Se você quer ser feliz com outro homem, vai ser feliz, se você, mulher, quer ser feliz com outra mulher, vá ser feliz. Agora não fica perturbando isso nas escolas [...]. Agora, por isso que precisamos de um Ministro da Educação. Precisamos, sim. Com autoridade, tá? Que realmente entenda que nós somos um país conservador. Ou vai querer tudo liberal? Se você quer, se os caras quer liberar o que é deles, que libere o que é deles, não vai botar dentro do Ministério da Educação certas coisas que não nos interessa. Não vai. (linhas 13-19)

A sequência inicia-se com o uso de um *você* de referência indefinida e, portanto, generalizante que vai sendo especificado, à medida que avança a argumentação. Como não há, em todo o comentário, uma especificação do referente desse pronome, buscamos nas predicções pistas linguísticas que nos permitissem delimitá-lo. Desse modo, temos, primeiramente, *você* sendo significado como homem que “quer ser feliz com outro homem”, ao que, posteriormente, se acrescenta mulher que “quer ser feliz com outra mulher”, ambos qualificados como *liberal* (“*Ou vai querer tudo liberal?*”). Em seguida, delimita-se um outro campo, o do “nós”, articulado ao qualificativo *conservador* (“*nós* somos um país *conservador*”).

A partir dessa delimitação das imagens dos sujeitos projetadas no dizer, distinguem-se, como sinalizamos acima, dois outros: um outro representado pelo *nós inclusivo* (*eu + você*, interlocutor apoiador e seguidor) e um outro representado por *você* (não referente ao interlocutor). O *você* qualificado como *liberal*, dada essa tensão, já não se sustenta mais como generalizante, pois produz uma ambiguidade no sentido de *nós* que busca ser desfeita em seguida: “se *você*, se *os caras*...”, em que é substituído pelo sintagma nominal *os caras*, cuja posição nuclear é ocupada por outro substantivo de referência indefinida, deslizando-se,

dessa forma, de uma possível posição de interlocutor para a de objeto do dizer (eles; “não nós”). Com o deslizamento de sentido produzido pelos pronomes, interpreta-se, então, que, mesmo “os caras” podendo liberar o que é deles, estes nunca comporão o “nós” desse discurso, fazendo funcionar, assim, um discurso (conservador) heterocisnormativo do qual as subjetividades postas como desviantes sempre estarão excluídas.

A despeito da modalidade de representação gramatical (se por indefinição ou por indeterminação), devemos frisar que o efeito produzido é o de opacificação do contrário, com vistas a minimizá-lo e a deslegitimar os posicionamentos a ele filiados. Sendo assim, tal como observou Indursky (1997, p. 118) em sua análise do discurso presidencial da República Militar brasileira, nossa leitura aponta “duas possibilidades extremas de representação” do outro no dizer do capitão: um outro identificado a todos os seus posicionamentos – “condição necessária para ser enquadrado como *cidadão*” – e um outro contrário, sem voz – já que com ele por vezes apenas se simula uma interlocução –, desprovido de cidadania e, portanto, de direitos.

### 3.6 O terror como estratégia de combate – parte II: ideologia de gênero

Das linhas 28 a 41, mais uma vez mobilizando-se o relato de uma experiência pessoal que é colocada como verdade unívoca, exalta-se a obtenção do sucesso individual através da dedicação, da força de vontade e do esforço. Num movimento que vai do particular para o geral, a história do tenente-capitão, na qual se dá a manutenção da articulação entre uma posição (neo)liberal e outra conservadora, passa a pautar a política pública voltada para o ensino: “Tive sucesso. É assim tem que ser nosso ensino. O pai e a mãe têm que ter a garantia, a tranquilidade, quando o filho tá indo pra escola não é pra aprender a fazer sexo não!” (linhas 39-41). Mais uma vez apelando ao terror a partir da significação da expressão “ideologia de gênero” como ensinar a fazer sexo na escola, o sentido que se impõe é que, se ele que nasceu em condições adversas e desfavoráveis conseguiu obter sucesso, qualquer um com força de vontade e com uma escola que não ensine “a fazer sexo”, que não fale em “ideologia de gênero”, mas que, em conformidade com a ideologia (neo)liberal econômica, exerça uma função utilitarista para o futuro da “molecada”, para o futuro do Brasil, também conseguirá.

Em seguida, questiona-se o significado de “educação” em Ministério da Educação, deslegitimando-se o trabalho desenvolvido por esse Ministério no ensino básico e inferiorizando-se, por meio do emprego do diminutivo, os seus servidores e funcionários (“O

pessoalzinho que tá no Ministério da Educação, se é que eu posso falar que é da Educação esse Ministério que tá aí. Não é isso, não. Tá certo?”, linhas 41-42). Dessa maneira, com a desvalorização do ensino tal como desenvolvido à época e com a defesa da meritocracia, apaga-se a função social da escola como lugar de acolhimento e de inclusão e, por isso, de combate ao preconceito. Logo, o efeito de sentido produzido nesse imaginário é o de que, se as pessoas que não se “encaixam” nesse padrão de normalidade não forem bem-sucedidas, a responsabilidade pelo seu fracasso será unicamente delas, e não das políticas públicas do Estado.

### 3.7 Nós queremos > o povo quer > o meu sonho é esse > eu quero

A esta altura, faz-se preciso pontuar que o efeito de amadorismo que mencionamos anteriormente se faz significar em todo o fragmento analisado: o dizer do tenente-capitão se coloca como um fluxo de consciência, uma fala sem ponto de amarração específico, em que determinados temas vão sendo evocados aparentemente de forma aleatória, sem planejamento e elaboração prévia, como se fosse uma conversa informal com o seu interlocutor. É assim que se desliza do tema *educação* [Enem, ideologia de gênero nas escolas, meritocracia] para *roubo da merenda* (linhas 48-49) e, em seguida, *corrupção* (linhas 50-52)<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Lembremos que o combate à corrupção, significada como o grande motivo da crise econômica por que passava o país, foi um dos grandes motes da sua campanha e, portanto, um tema de grande apelo junto aos seus apoiadores e seguidores. Apesar disso, em função do espaço e do objetivo deste artigo, não analisaremos de forma aprofundada aqui as implicações desse deslizamento. Gostaríamos de destacar, no entanto, três pontos em relação a ele: 1) a mobilização do nome do então juiz e futuro Ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro (linhas 48-52) como argumento de autoridade que atesta a legitimidade e honestidade do dizer do capitão junto aos seus eleitores, uma vez que Moro havia se projetado para esse público como responsável pela prisão de Lula e, por conseguinte, pelo combate à corrupção na operação Lava Jato; 2) além do apelo à compaixão do interlocutor e da convocação à sua indignação em relação ao “desvio da merenda” de “criancinhas” pobres na escola pública, o apelo à justiça que se coloca como uma impossibilidade de permanência da situação (“Não dá pra continuar assim”, linha 50) e à ameaça àqueles que teriam praticado esse e outros roubos (“Sérgio Moro vai pegar vocês. Abra teu olho”, linha 50); e 3) a omissão de informações específicas em relação à denúncia sobre o roubo de merenda que é justificada como um suposto esquecimento e que tem como efeito a reiteração do imaginário de conversa informal com o interlocutor e, por conseguinte, do efeito de amadorismo, de falta de planejamento da *live*: não houve a elaboração prévia de um roteiro a ser seguido, justificando dessa maneira o esquecimento e a ausência de evidências que comprovassem tal denúncia.

A articulação entre corrupção e educação – agora por meio do que se significou como comportamentos desviantes, anormais – se mantém na sequência compreendida entre as linhas 52-57, em que se projeta ainda uma direção de sentido no que concerne à relação entre esses temas e o futuro da economia brasileira. Comentamos anteriormente o emprego recorrente do *nós/ a gente* inclusivo e exclusivo e o seu efeito no dizer ao projetar um imaginário de inclusão do povo na gestão pública, imaginário este no qual os eleitores (apoiadores e seguidores) se encontram supostamente iguais ao (des)presidente, tendo os seus anseios atendidos. Ao passar a tratar da corrupção, observamos novamente esse funcionamento que mistura e confunde o que o capitão diz que o povo deseja com o que ele diz desejar.

Há nesse recorte o deslize entre uma posição supostamente coletiva e uma posição particular que se inscreve no dizer por meio das construções: *Nós queremos > o povo quer > o meu sonho é esse > eu quero* – em que “nós queremos”, projetando uma não-pessoa discursiva, produz uma ilusão de consenso entre o locutor e seus apoiadores e seguidores que, como vimos em 3.3, é reiterada pelo emprego particularizante do substantivo *povo*. Já o desejo em questão, materializado em “combater a corrupção, combater o que está dando errado”, remete à educação na sua relação com a corrupção e com o ensino daquilo que foi colocado como “ideologia de gênero”. O deslize anunciado comparece, então, na retomada parafrástica desse desejo por meio do sintagma “o meu sonho”, em que há o emprego do pronome de primeira pessoa do singular “meu”, projetando, desse modo, como referente discursivo tão somente o sujeito-enunciador. Assim, temos: o sonho do capitão é “fazer um Brasil diferente, respeitando a todos” e “seguindo o exemplo do patrono do exército, Duque de Caxias”, para que o país seja pacificado e volte “a ocupar um lugar de destaque no mundo”.

É interessante observar que, ao afirmar que seguirá o exemplo de Duque de Caxias, o efeito de cisão social que temos apontado é corroborado. Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias, foi um militar brasileiro monarquista e conservador que, ao longo do período regencial (1831-1840), liderou as chamadas missões de pacificação em quatro províncias, sendo bem-sucedido em todas elas após aplacar os rebeldes, inclusive aqueles que pertenciam a sua família – motivo pelo qual recebeu o epíteto de “O pacificador” (FAUSTO, 1999). Nesse imaginário, então, em que o tenente-capitão, projetando-se

no dizer, por meio dos pronomes *meu* e *eu*, enquanto primeira pessoa discursiva, é equiparado a Duque de Caxias, mobiliza-se um discurso militar articulando-o a um discurso conservador, sendo ambos ainda atravessados por um discurso nacionalista. Com isso, reafirma-se o sentido de que há no Brasil um conflito entre *nós* e aqueles que não fazem parte desse *nós* (“não nós”), colocando-se a necessidade de o país ser pacificado – missão esta cujo cumprimento, tendo em vista a imposição de um comportamento conservador e, como consequência, a exclusão daqueles (“os rebeldes”) que não se encaixarem nesse modo de existência, cabe ao tenente-capitão, ao (des)presidente eleito pela “maioria dos brasileiros”.

Nesse dizer, que resulta da imbricação entre os discursos militar, conservador e nacionalista, articula-se ainda, paradoxalmente, conforme já pontuado, um discurso (neo)liberal, como podemos ler nas linhas 53-57, em que se coloca o sentido de que, se países que não têm os recursos que o Brasil tem conseguiram se destacar economicamente, o *meu* sonho é fazer com que o Brasil alcance esse *status* também. Assim, nesse imaginário, a exclusão de alguns se justifica mais uma vez para que “o Brasil” seja “pacificado” e se torne “diferente” do que é hoje – isto é, para que a economia brasileira volte “a ocupar um lugar de destaque no mundo” e, com isso, tendo em vista o funcionamento da lógica capitalista em sua modalidade (neo)liberal, uma parte do povo brasileiro usufrua do que se discursiviza como pacificação.

Faz-se preciso destacar aqui ainda que o deslize de uma posição coletiva para uma posição individual pode ser observado em outros momentos da *live*, como quando, por exemplo, faz-se referência às universidades e aos centros acadêmicos. Nessa sequência (linhas 25-28), as construções que promovem o deslize são: *a maioria dos brasileiros (...) não querem mais isso> e eu também não quero*. O efeito desse deslize no dizer é, então, o de que, se o que *eu* desejo é também aquilo que o *povo* – isto é, os meus apoiadores e seguidores – deseja, tudo se justifica para realizar a *sua/ a minha* vontade.

### 3.8 Estratégias argumentativas e a metáfora da guerra em tempos de polarização política

Como buscamos demonstrar em nosso percurso analítico, a significação da situação de polarização por que passa o país no âmbito da guerra, do conflito, é recorrente no dizer do tenente-capitão. O mesmo pode ser dito sobre o imaginário de pacificação, já que, logo no início

de seu comentário, lemos: “Ainda fica[m] estimulando a briga entre pessoas que, que pensam diferente, que têm opção diferente etc. E nós não queremos isso, nós queremos é *pacificar* o Brasil” (linhas 9-10). Essa repetição coloca em evidência uma certa circularidade da estruturação do dizer sobre educação/corrupção/economia, que se inicia e se encerra com essa metáfora da guerra e da pacificação. Além disso, a antecipação de dizeres que se atribui a sujeitos filiados a outros lugares, visando à sua deslegitimação, e daquilo que se imagina que o sujeito inscrito no lugar do interlocutor (apoiador e seguidor) gostaria de ouvir também coloca em questão a organização da formulação desse dizer, cujo funcionamento, entretanto, é dissimulado pela projeção do imaginário de interlocução, proximidade com o interlocutor, amorosismo, transparência e verdade dos sentidos veiculados.

Em outras palavras, o que estamos sinalizando é que essa organização/dissimulação se configura como uma estratégia argumentativa. Na análise da argumentação, tomada aqui como um processo histórico, não nos interessam as intenções dos sujeitos, pois estas pertencem ao nível da formulação que funciona pelas projeções imaginárias e no qual o sujeito-enunciador já se encontra, em função da determinação ideológica, sob efeito da ilusão subjetiva. O mesmo pode-se dizer sobre os argumentos mobilizados. Conforme Orlandi ([1996] 2007c, p. 50), estes são “produzidos pelos discursos vigentes, em suas relações historicamente (politicamente, ideologicamente) determinadas”. Assim, considerando o que a organização desse nível de formulação sugere sobre o real, interessa-nos compreender o nível da constituição do dizer, isto é, a sua ordem significante, a maneira como, por meio do jogo de projeções imaginárias, sujeitos e sentidos se constituem/são constituídos no dizer do tenente-capitão.

Em vista disso, além da circularidade e da antecipação, devemos ainda observar quando o não preenchimento do lugar do sujeito agente, na projeção do outro contrário, abre para a polissemia, reiterando a estratégia argumentativa que organiza todo o dizer. Esse funcionamento polissêmico pode ser observado na sequência a seguir, em que lemos:

(SD7) Essa prova do Enem, vão falar que eu tô implicando. Agora, pelo amor de deus, essa, esse tema. A linguagem particular daquelas pessoas. O que nós temos a ver com isso, meu deus do céu? Agora a gente vai ver a tradução daquelas palavras, um absurdo, um absurdo. Vão obrigar a molecada a se interessar por isso agora para o Enem do ano que vem? Pode ter certeza, fiquem tranquilos. Não vai ter questão dessa forma no ano que vem. Nós vamos tomar conhecimento da prova antes. Não vai ter isso daí. Vão ter perguntas sobre geografia, dissertações sobre história, questões realmente voltadas ao que interessa, o futuro da nossa geração, do nosso Brasil, e não estas questões menores. Ainda fica estimulando a briga entre pessoas que, que pensam diferente, que tem opção diferente etc. E nós não queremos isso, nós queremos é pacificar o Brasil. (linhas 2-10)

Como pontuamos em 3.5, a indeterminação do sujeito agente, nas locuções “Ø vão falar”, “Ø vão obrigar” e “Ø fica[m] estimulando”, tem como efeito a opacificação desse outro contrário. Nessa terceira ocorrência, todavia, flagramos o funcionamento polissêmico anunciado, já que o não preenchimento do lugar do sujeito pode ser interpretado também como uma elipse, a despeito do desvio de concordância verbal bastante comum ao longo de todo o comentário do capitão. Assim, perguntamos: quem fica “estimulando a briga entre as pessoas que pensam diferente”, que têm “opção diferente”? As “questões menores”, como a que comparece na prova de Linguagens do Enem de 2018, “aquelas pessoas” abordadas no texto base da questão ou aqueles que dirão que o (des)presidente eleito “tá implicando”? Seja o que ou quem for projetado como agente dessa ação, fato é que o estímulo à briga, ao conflito, à guerra, é atribuído a “eles”, e não a “nós”, pois “nós” não queremos briga, mas, como ela já existe, faz-se necessário *pacificar* o Brasil. Indo além, a nosso ver, tal silenciamento sugere, tendo em vista a polarização política presente no país, que, desse lugar, entende-se que quem “fica estimulando” o conflito são todos aqueles que, impedidos de se inscrever como interlocutor por não se identificarem ao discurso bolsonarista, são filiados à ideologia dita de esquerda, havendo, dessa maneira, uma ampliação do efeito de referencialidade projetado para o que designamos como “não nós”. Ou seja, o outro contrário ora tem um referente específico: a comunidade LGBTQIA+, ora tem um referente genérico que compreende todos aqueles que, não compartilhando da ideologia bolsonarista, são, então, no campo de batalha discursivo, significados como inimigos a serem combatidos.

#### **4. Palavras finais... A dissimulação de um discurso autoritário em uma memória de dizeres sobre o Enem e a educação**

O comentário, como pontuamos, é produto de um gesto de interpretação que implica o posicionamento do sujeito no interior de uma FD, que, por sua vez, consiste na manifestação no discurso das formações ideológicas<sup>21</sup>. Para finalizar este artigo, a partir do comentário analisado, faremos aqui alguns apontamentos com vistas a melhor compreender a constituição do que estamos propondo chamar de discurso bolsonarista, na sua relação com dizeres sobre o Enem e sobre educação.

De acordo com Pêcheux ([1975] 2009), em toda FD, há uma posição ou forma-sujeito dominante que organiza os saberes que são impostos como evidência aos sujeitos que a ela se identificam. Ao lado dessa posição dominante, porém, inscrevem-se, na mesma FD, conforme reformula Indursky (2008, p. 19), outras posições que se distanciam “gradativamente dos saberes organizados” por ela. É, pois, essa heterogeneidade de posições constitutiva de toda e qualquer FD que implica, ainda em conformidade com a autora, a consideração da contradição como um aspecto inerente ao processo de subjetivação/identificação do sujeito. Tal fato nos permite compreender não só a existência da relação de convívio-confronto estabelecida entre saberes filiados a diferentes posicionamentos, como a identificação do sujeito, mesmo quando inscrito numa determinada FD, a saberes oriundos de outras FDs.

No dizer do tenente-capitão, como demonstramos em nosso movimento de leitura, materializam-se e articulam-se, por vezes de forma paradoxal, posições filiadas a discursos conservadores, (neo) liberais e nacionalistas – posições essas que organizam e constituem a FD de direita. Porém, em função da sua interpelação por posições filiadas à FD da religião – que se materializa por meio da mobilização de um certo discurso religioso – e à FD militar – materializada quando, mobilizando-se um dado discurso militar, são estabelecidas a comparação entre o capitão e Duque de Caxias e a metáfora da guerra/pacificação –, entendemos que, embora se inscreva na FD de direita, ao se projetar como sujeito do dizer, não se identifica totalmente à posição-sujeito que a organiza, de modo que ocorre a constituição de uma nova forma de nela se posicionar, o que faz do seu dizer um acontecimento enunciativo

---

<sup>21</sup> Ver nota 11.

(INDURSKY, 2008). Isto é, a relação estabelecida entre os dizeres filiados a diferentes FDs promove o reordenamento da memória desses domínios: os saberes filiados a eles se conciliam e passam a coabitar, apesar do efeito de estranhamento e de desconforto que essa articulação pode provocar. A essa nova forma de se posicionar no interior da FD – materializada, como depreendemos com nossas análises, linguisticamente quando o sujeito do discurso se subjetiva –, na esteira de Indursky (2020), nomearemos de posição-sujeito de extrema direita. Todavia, considerando que esse caráter extremista é, por vezes, negado, propomos designar o domínio a que o tenente-capitão se identifica/é identificado ao se significar/ser significado como sujeito do dizer como FD de (extrema) direita, entendendo, com isso, trabalhar a tensão entre a negação e a afirmação do extremismo que lhe é ou não imputado a depender do lugar em que o sujeito se inscreve.

A compreensão dessa articulação é, a nosso ver, de fundamental importância para a depreensão da constituição do discurso bolsonarista que se materializa no comentário aqui analisado e que, por isso, será considerado como um discurso político. A princípio, tal como formula Orlandi ([1983] 2009), o discurso político é tomado como polêmico, ao passo que o discurso militar e o discurso religioso são tomados como autoritários. Analisando o discurso religioso católico, a autora afirma que a religião constitui um domínio privilegiado para se observar o funcionamento da ideologia em função do lugar atribuído à palavra. Assim, a autora caracteriza o discurso religioso como aquele em que, por meio de representantes da Igreja – o padre, o Papa, os bispos – fala a voz de Deus. Tal fato implica um desnivelamento fundamental, isto é, uma assimetria original na relação estabelecida entre o locutor e os interlocutores, já que o primeiro pertence ao plano espiritual; e os segundos, ao plano temporal, que é dominado pelo plano espiritual. Esse funcionamento atualiza-se no dizer do tenente-capitão na sequência compreendida entre as linhas 57-58. Nessa sequência, recortada do trecho final da *live*, ao pedir a Deus que, “mais do que inteligência, nos [ao tenente-capitão/ ao seu (des)governo/ a seus aliados] dê força pra poder bem decidir o futuro do nosso Brasil” (linhas 57-58), o sujeito-enunciador se projeta como porta-voz divino, alguém que tem comunicação direta com deus, a quem foi atribuída uma missão [“decidir o futuro do nosso Brasil”] e por meio de quem, portanto, esse deus realiza a sua vontade.

Fazendo um paralelo entre o discurso religioso e o político no que respeita ao mecanismo de incorporação de vozes, Orlandi

caracteriza o segundo como aquele em que “a voz do povo se fala no político” (ORLANDI, [1983] 2009, p. 244). A autora chama atenção, entretanto, para o fato de que, no discurso religioso, essa incorporação se configura como uma mistificação porque há o apagamento do modo como se dá a apropriação da voz de deus passando, por exemplo, o padre, simbolicamente, a representar aquele de cuja voz se apropria. Já no discurso político, quando polêmico, há uma maior independência, visto que o político “pode até mesmo criar, inventar a voz do povo que lhe for mais conveniente” (ORLANDI, [1983] 2009, p. 245), e esta poderá ser significada como um consenso à medida que conquistar legitimidade perante o povo. É assim, isto é, por meio do processo de identificação de uma coletividade a essa voz (re)produzida do lugar do político, que se constitui, a partir do dizer de capitão, o discurso bolsonarista. Em nossas análises, como vimos, o (des)presidente eleito se coloca como o representante escolhido pela “maioria dos brasileiros” que nele votou. O deslize entre uma posição coletiva e uma posição particular, a partir do qual o desejo do povo é identificado ao desejo do capitão, reitera esse funcionamento. Mobilizando um princípio democrático no que tange ao respeito ao que é decidido pela maior parte da população, ele se projeta como “a voz do povo” e, com isso, o desejo de *um* é significado como o desejo da *maioria* e, posteriormente, como um consenso entre todos os brasileiros: “o povo quer isso” (linha 52).

Podemos fazer esse mesmo exercício em relação ao discurso militar, que aqui caracterizaremos como aquele em que por meio dos superiores hierárquicos das Forças Armadas fala a voz do Estado, notadamente do seu Aparelho Repressivo (ALTHUSSER, [1970] 1985). A apropriação dessa voz pelos representantes se dá de forma institucional e é regida pelos dois pilares do militarismo: hierarquia e disciplina. Esses pilares são, pois, fundantes da relação assimétrica estabelecida nesse discurso: cabe aos subordinados disciplina e respeito à hierarquia e, portanto, assujeitamento às ordens dos superiores, sob a pena de sofrerem punições. O (des)presidente, como sabemos, é capitão reformado do Exército e, portanto, na lógica militar, inferior hierarquicamente a muitos dos militares que constituem a sua base governamental, como o seu próprio vice, um general. A Constituição brasileira, contudo, subordina as Forças Armadas ao Ministério da Defesa, o que faz do presidente o seu comandante-em-chefe e coloca sob a sua autoridade suprema não apenas todos os militares das três forças armadas e das forças auxiliares, mas também todos os cidadãos civis, instituindo-o, assim, como o representante do Estado.

Como vimos, em seu dizer, se faz significar algumas vezes a preocupação com o que é colocado como o “futuro do Brasil”. A ressonância do autoritarismo do discurso militar, todavia, embora se presentifique por meio do apelo à ameaça e, de forma recorrente, ao terror – técnicas de tortura empregadas em gerenciamento de conflitos e por meio das quais se visa ao controle do inimigo –, comparece sobretudo de forma dissimulada. Essa dissimulação pode ser observada, por exemplo, na negação, de um lado, da imposição de um comportamento dito normal e conservador e, de outro, da censura a um comportamento posto como desviante, assim como também na comparação entre o capitão e Duque de Caxias e, a partir disso, na mobilização da metáfora da guerra/pacificação para significar a situação então vivenciada. Esses sentidos colocados em jogo pela dissimulação operada configuram-se, no entanto, conforme sinalizamos anteriormente, como efeitos, sentidos possíveis, tomados como evidentes, naturais, em detrimento de outros que, embora não-ditos ou negados, continuam tensionando o dizer, fazendo-se nele significar.

É, pois, sob esse viés que entendemos que, ao se projetar/ser projetado como comentador da questão do Enem 2018, o tenente-capitão filia-se à FD de (extrema) direita, significando-se/sendo significado como um político, especificamente como capitão-presidente recentemente eleito. O funcionamento do discurso político, como pontuamos a partir de Orlandi ([1983] 2009), é comumente do tipo polêmico, o que justifica a projeção do imaginário de interlocução que contribui para a produção da ilusão de proximidade entre o sujeito-enunciador e o efeito-interlocutor projetado. Além disso, tal como ocorre em um discurso do tipo polêmico, também observamos a disputa pelo sentido em relação ao objeto do dizer. Essa disputa, entretanto, não se dá entre os interlocutores – isto é, entre o sujeito-enunciador e o efeito-interlocutor –, já que, como vimos, nesse imaginário pressupõe-se a plena identificação ideológica entre estes, mas entre o sujeito-enunciador e aqueles que não se inscrevem/ não podem se inscrever no lugar projetado para o interlocutor, isto é, aqueles que não constituem “a maioria dos brasileiros que votaram” no capitão-presidente (linha 27) e dentre estes aqueles cujos comportamentos sexuais são considerados não condizentes com o padrão de normalidade estabelecido nesse imaginário. Logo, uma vez que os sentidos filiados a esse outro lugar são de um modo geral silenciados e, quando são evocados, o são para serem deslegitimados, nessa disputa, a perspectiva particularizante do sujeito-enunciador em relação ao objeto impõe-se como uma verdade inequívoca, não passível de questionamento, levando-nos a caracterizá-lo como um discurso autoritário.

No comentário do capitão, a interlocução é uma ilusão, já que não há reversibilidade entre os sujeitos do dizer: ao outro – o interlocutor – não é dada a palavra, pois o capitão se coloca não só como seu representante, mas como alguém que compartilha dos seus desejos e interesses e que, enquanto instrumento da vontade divina, sabe o que é o melhor para o futuro do Brasil. Além disso, o objeto do discurso é ocultado pelo seu dizer por meio de silenciamentos, do apelo ao terror e da generalização de relatos da sua trajetória pessoal. Assim, a temática da questão da prova do Enem é silenciada, em prol do evidenciamento de pautas que são consideradas caras ao seu (des)governo e aos seus eleitores (apoiadores e seguidores), a saber: no âmbito da gestão educacional, a interdição do ensino do que coloca como “ideologia de gênero” e, por conseguinte, do seu comparecimento no Enem, em prol de uma visão utilitarista alinhada aos interesses do Estado; no âmbito da gestão linguística e social, o silenciamento de um determinado modo de dizer – o pajubá – e, portanto, das subjetividades não heterocisnormativas que a esse modo se identificam; e ainda, no âmbito da gestão econômica, o combate à corrupção que, em seu dizer, se articula à educação.

Disso resulta ainda a representação de um outro inscrito no dissenso que, embora possa ocupar o lugar de espectador da *live*, se inscreve/ é inscrito no dizer não como seu interlocutor, lugar que para ele encontra-se interdito, mas como um desdobramento do seu objeto. A significação desse outro contrário como objeto coloca-o em silêncio, anulando-lhe a possibilidade de tomar a palavra: *eu falo sobre você, mas não com você e não me interessa o que tem a dizer*. Dessa maneira, dada à ausência de interação entre o sujeito-enunciador e o interlocutor e à interdição do dizer desse outro que não é considerado seu interlocutor, o tenente-capitão institui-se como agente exclusivo e, portanto, como controlador dos sentidos que (não) podem/devem ser ouvidos/lidos, já que tudo o que sabemos desse outro-objeto é através do dizer do sujeito-enunciador: *são pessoas que têm comportamentos desviantes, anormais, que querem que seu filho estude ideologia de gênero na escola, que estimulam o conflito e que, portanto, não contribuem para a pacificação do Brasil e para que a economia brasileira volte a ocupar um lugar de destaque no mundo*. Nesse imaginário, em que o antagonico é significado como um problema, um inimigo, o capitão, projetando-se como representante do Estado, mesmo antes de sua posse, significa-se como um pacificador, aquele que não só promoverá a gestão da Educação/ do Enem e dos modos de dizer e de ser, impondo um certo padrão de normalidade conservador, como também combaterá a corrupção, criando um Brasil diferente.

Iniciamos este artigo pontuando que gostaríamos de compreender o funcionamento da memória de enunciações do capitão-presidente sobre o Enem e a educação. Assim, num movimento de leitura retrospectivo, partimos de uma declaração sobre o exame de 2021, em que afirmou que o exame *começava a ter a cara do governo*, perguntando-nos o que havia antes (e que agora não há mais) que não era, do lugar de que fala, identificado como “a cara do governo”. Aqui cabe destacar que esse gesto de leitura se deu no terceiro ano de (des)governo do (des)presidente e que essa temporalidade é constitutiva do nosso olhar em retrospectiva, mas cientificamente não o invalida. (Des)governo e (des)presidente são, inclusive, designações tomadas emprestadas de Indursky (2020) que materializam a agoridade em nosso gesto analítico, sem, contudo, torná-lo anacrônico. Isso porque, do ponto de vista discursivo, como explica Orlandi ([1990] 2008, p. 42), “o discurso é histórico porque se produz em condições determinadas e projeta-se no ‘futuro’, mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos”. Foi, pois, essa dupla determinação histórica de todo e qualquer discurso que nos possibilitou, mediados pelo Dispositivo teórico da AD materialista, voltarmos para o antes buscando deprender pistas que possibilitassem interpretar uma formulação do agora – momento em que, de acordo com Indursky (2020, p. 367), sob o comando do (des)presidente, “O Brasil se assemelha a uma nave desgovernada que remete ao Teatro do Grotesco”. Tal teatro, conforme a autora, “serve de cortina de fumaça para opacificar os atos de desconstrução do Brasil” – único projeto desse (des)governo.

Como exemplo do que formula como “projeto de desmonte do Brasil” (INDURSKY, 2020, p. 377), Indursky, no âmbito da educação, cita as várias polêmicas em que se envolveu o (des)ministro Abraham Weintraub, dentre elas o enfrentamento com as Universidades Federais, cortina de fumaça – em seu entender – para as intenções privatistas do (des)governo. Em sua análise, a autora se limitou a refletir sobre os efeitos de tal projeto no nível superior, desse modo entendemos que a nossa contribuição consiste justamente em ensejar a reflexão sobre uma política pública educacional que enlaça o ensino básico e o ensino superior: o Enem.

Como vimos, no comentário à questão de 2018, é anunciada a política de gestão e censura a ser adotada nas escolas/universidades e, nas linhas 6-7, especificamente no tocante ao Enem, afirma-se que questões como essa não irão mais comparecer, projetando-se, assim, no dizer

um futuro para o Exame e para a educação brasileira. De fato, no Enem 2021, não comparece em textos motivadores ou enunciados de questões qualquer referência à comunidade LGBTQIA+. Língua e sujeitos são, portanto, no *novo* Enem apagados.

Mas... comparecem temáticas outras também silenciadas ou diminuídas pela gestão atual, como, por exemplo, a emancipação feminina e a erotização do corpo da mulher, a crise de refugiados, a xenofobia e a escravização de negros. Comparece ainda uma crítica à passividade social, numa questão que traz como texto motivador um fragmento da música “Admirável gado novo”, de Zé Ramalho. Esses comparecimentos, a nosso ver, constituem-se como gestos de resistência dos sujeitos não identificados à política de morte perpetrada. Gotas de esperança em um oceano de obscurantismo e desespero. Após três anos do anúncio de censura do exame, o Enem resiste, apesar do projeto em curso de desmonte do país. O saldo é, pois, positivo. O Enem *ainda* resiste. Até quando seguirá resistindo, porém, não sabemos. Fato é que seguiremos lutando, denunciando com as armas que temos esse (des) governo e escolhendo, assim como pontuou França (2015) ao recordar que, para Pêcheux, a interpretação é uma questão de responsabilidade, fazer política com a teoria.

Desse modo, para concluir, retomemos aqui, a partir de Indursky (2020), a epígrafe de Klemperer com que introduzimos este artigo. Segundo essa autora, após assumir a presidência, o capitão se subjetiva não mais em uma posição-sujeito de extrema direita, mas em uma ainda mais radical, a fascista – daí ser a língua por ele falada, porque carregada dessa memória, também uma língua fascista. Trata-se de uma língua marcada pela incontinência verbal e carregada de marcas não mais dissimuladas, mas explícitas de homofobia e de outros preconceitos; uma língua bruta, chula, repleta de palavras de baixo-calão e, agora, sem limites; uma língua que, funcionando “como uma metáfora de seu projeto de desmonte do Brasil: da mesma forma que tritura a língua portuguesa, promove a liquidação do País” e “desfigura o lugar discursivo de um presidente democrata” (INDURSKY, 2020, p. 377). As palavras do capitão, portanto, tal como o mais famoso dos venenos – o arsênico –, “destilam ódio, desprezo e raiva, rompendo com o princípio ético da aceitabilidade que o lugar discursivo de presidente pressupõe” (INDURSKY, 2020, p. 375-376). Configuram-se, dito de outro modo, como uma ode ao ódio que põe em circulação, sobretudo por meio das mídias digitais, o que aqui formulamos como discurso bolsonarista.

## Declaração de autoria

Bruno Molina Turra fez a transcrição do vídeo tomado como corpus, desenvolveu a análise, redigiu e revisou o texto. Thaís de Araujo da Costa desenvolveu a análise, redigiu e revisou o texto.

## Referências

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o desenvolvimento da educação, 1999.

FOUCAULT, M. *A Ordem do discurso*. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FRANÇA, G. *Teoria e prática (ou praxis) política em análise do discurso (do “gênero”)*. Publicado em: 23 fev. 2015. Disponível em: <<https://cmqv.hypotheses.org/148>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

HAJE, L. *Saiba mais sobre a voz do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/368075-saiba-mais-sobre-a-voz-do-brasil/>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise de Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

INDURSKY, F. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. Revista da Abralin, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 365-388, 2020. DOI 10.25189/rabralin.v19i3.1730.

KLEMPERER, V. *LTR, la lange du IIIe Reich*. Paris: Albin Michel, 1996.

LEAL, D. T. B. *Performatividade transgênera: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral*. 2018. 534 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

LIMA, C. H. L. *Linguagens pajubeyras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade*. Salvador: Ed. Devires, 2017.

MEMORIAGLOBO. *O povo e o presidente*. Globo Comunicações, on-line. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/o-povo-e-o-presidente/>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

MORAIS, L.B. Letramentos de reexistência: o dialeto pajubá e a reinvenção através da língua(gem). Anais da XV ENFOPLE. Inhumas: UEG, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2VE78VL>. Acesso em: 12 mar. 2020.

ORLANDI, E. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez editora, 2002.

ORLANDI, E. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. Anais do I SEAD. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead1.html>>. Acesso em: 1/12/2003.

ORLANDI, E. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: ORLANDI, E. (org.) *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007a. p. 7-10.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso – princípios e procedimentos*. 7ª edição. Campinas: Pontes, 2007b.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico*. 5ª edição – Campinas, SP: Pontes Editores, 2007c.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio*. 6ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2007d.

ORLANDI, E. *Terra à vista*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 5a. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. Linguística e Marxismo: formações ideológicas, aparelhos ideológicos de estado, formações discursivas. In: OLIVEIRA, G. A. de; NOGUEIRA, L. (orgs.). *Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019. p. 307-325.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

SANTOS, O.J.S.; SILVA, D.I.C. *Semântica, gênero e sexualidade: o conceito dos pajubás da comunidade LGBTQIA+*. *Magistro*, Duque de Caxias, v. 2 n. 16, p. 29-42, 2017.

SASTRE, A.; CORREIO, C.S.; CORREIO, F.R. A influência do “filtro bolha” na difusão de Fake News nas mídias sociais: reflexões sobre as mudanças nos algoritmos do Facebook. *GEMInIS*, São Carlos, v. 9, n. 1, p.4-17, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4322/2179-1465.0901001>

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio. In: SEVCENKO, N. (ORG.). *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 513-619.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 36, p. 221-243, 2015.

## ANEXO

Figura 2: Transcrição de fragmento (23'41" – 30'37") da live de (des) presidente

1 Então, estamos aqui em vias de apresentar o futuro Ministro do Meio Ambiente, talvez na semana que vem,  
 2 o da Saúde, o das Relações Exteriores e, depois, o da Educação. Educação é um Ministério complicado. Essa  
 3 prova do Enem, vão falar que eu tô implicando. Agora, pelo amor de deus, essa, esse tema. A linguagem  
 4 particular daquelas pessoas. O que nós temos a ver com isso, meu deus do céu? Agora a gente vai ver a  
 5 tradução daquelas palavras, um absurdo, um absurdo. Vão obrigar a molecada a se interessar por isso agora  
 6 para o Enem de ano que vem? Pode ter certeza, fiquem tranquilos. Não vai ter questão dessa forma no ano  
 7 que vem. Nós vamos tomar conhecimento da prova antes. Não vai ter isso daí. Vão ter perguntas sobre  
 8 geografia, dissertações sobre história, questões realmente voltadas ao que interessa, o futuro da nossa  
 9 geração, do nosso Brasil, e não estas questões menores. Ainda fica estimulando a briga entre pessoas que,  
 10 que pensam diferente, que tem opção diferente etc. E nós não queremos isso, nós queremos é pacificar o  
 11 Brasil. E queremos que na escola a molecada aprenda algo que no futuro lhe dê liberdade e possa ganhar o  
 12 seu pão com seu trabalho e não fique com essas questões menores, que a gente vê por aí, ideologia de gênero.  
 13 Que, que, que importância tem isso? Vai ser feliz cara. Se você quer ser feliz com outro homem, vai ser feliz,  
 14 se você, mulher, quer ser feliz com outra mulher, vá ser feliz. Agora não fica perturbando isso nas escolas,  
 15 obrigando a molecada a estudar uma besteira que não leva a lugar nenhum. Quem ensina isso é papai e  
 16 mamãe e ponto final. Acabou. Não tem mais que discutir esse assunto. Agora, por isso que precisamos de  
 17 um Ministro da Educação. Precisamos, sim. Com autoridade, né? Que realmente entenda que nós somos um  
 18 país conservador. Ou vai querer(?) tudo liberal? Se você quer, se os caras quer liberar o que é deles, que  
 19 libere o que é deles, não vai botar dentro do Ministério da Educação certas coisas que não nos interessa. Não  
 20 vai. Qual o objetivo da educação? No final da linha, você ser um bom técnico, né? ser um bom profissional  
 21 li... com ensino superior, um bom patrão, um bom empregado, um bom liberal, e não um colecionador dessas  
 22 besteiras, ideologia de gênero. As universidades, aqui, pelo amor de deus, uma parte considerável delas é  
 23 dinheiro jogado fora, é centro acadêmico, tanta besteira que a gente vê, vê em vídeos, até na televisão sai  
 24 matérias. Tive na UNB, em Brasília, fui lá ao centro acadêmico e era maconha, era caulinha, preservativo  
 25 no chão, cachaca na geladeira, tudo pichado. Parecia um ninho de rato, e daí? Mudar isso é difícil. Vão querer  
 26 parar as universidades, me chamar de homofóbico, de fascista, ditador, né? A gente vai tentar mudar isso daí.  
 27 Porque o brasileiro, a maioria dos brasileiros que votaram em mim não querem mais isso e ponto final. E eu  
 28 também não quero isso. Eu vim do interior, lá do fim do, lá do Vale do Ribeira, lugar mais pobre do estado  
 29 de São Paulo, do lado de Itapirapá (?) Paulista, estudava na sorinha na biblioteca, quantas vezes. Era um  
 30 aluno exemplar na... na escola. Hoje, o jornal Estado de São Paulo, o chefe lá de cadastro, como é que é? de  
 31 documentação e cadastro, de arquivo do Estado de São Paulo, me entrevistou hoje, eu fiz 21 palavras cruzadas  
 32 no Estado de São Paulo a começar em 1971, eu tinha 16 anos de idade, me entrevistou pra mostrar que  
 33 naquela época a educação era diferente. Nós fizemos iniciativa, eu tive iniciativa de ser colaborador do  
 34 Estado de São Paulo fazendo palavras cruzadas, motivo de orgulho pra minha família quando meu nome saía  
 35 no jornal. Tive dificuldade. Qual foi meu cusinho? O meu dinheiro que eu ganhava pescando, tirando  
 36 mariscão no meio do mar, palmato nas matas também, que hoje é crime, né? Eu estudei no Instituto Universal  
 37 Brasileiro por correspondência. Fiz português e fiz eletricidade. E consegui ter sucesso nos concursos da  
 38 Escola Preparatória das Cadetes do Exército, em 73, 72 e em 73 no concurso pra Academia Militar dos  
 39 Agulhas Negras. Tinha lá mais de 10 mil candidatos pra 38 vagas. Tive sucesso. E assim tem que ser nosso  
 40 ensino. O pai e a mãe têm que ter a garantia, a tranquilidade, quando o filho tá indo pra escola não é pra  
 41 aprender a fazer sexo não! O pessoalzinho que tá no Ministério da Educação, se eu fiz eu posso falar que é  
 42 da Educação esse Ministério que tá aí. Não é isso, não. Tá certo? Quando o pai bota o filho na escola é porque  
 43 ele quer que aprenda alguma coisa. Nós sabemos que a educação quem dá é os pais, instrução é na escola. E  
 44 queremos mudar isso. Vamos ter força? Eu peço a deus que tenha. Peço o apoio de vocês pra nós mudarmos  
 45 aí. Ninguém quer impor nada, mas queremos a normalidade. Nas viagens que eu fiz, né, Japão, Coreia do  
 46 Sul, tive em Israel, tive nos Estados Unidos, dei uma passagem como turista em Taiwan, turista em Taiwan,  
 47 a coisa é diferente. Você tem respeito, tem responsabilidade. Em nas escolas, só de ver o semblante da  
 48 garotada. Hoje mesmo, onde é que foi aí? O pessoal me ajuda aí. Prenderam um monte de gente, desvio de  
 49 merenda escolar, olha só. A merenda fazendo história no Brasil. Roubando comida de criança de escola  
 50 pública, filho de pobre, pô. Não dá pra continuar assim. Sérgio Moro vai pegar vocês. Abra teu olho. Ele lá  
 51 agora, ao contrário do que alguns tô falando aí, ele pescava com varinha, agora ele vai pescar com rede de  
 52 armadilha de 500 metros. E nós queremos isso, o povo quer isso: combater a corrupção no Brasil, combater o  
 53 que está dando errado. Pra gente sonhar com aquilo que nós merecemos. Vou repetir aqui. Olha Israel, Coreia  
 54 do Sul, Japão: veja o que eles não têm e olha o que eles são. Veja o que nós temos e o que nós não somos. O  
 55 meu sonho é esse. Fazer um Brasil diferente, respeitando a todos, seguindo o exemplo do paterno do exército,  
 56 Duque de Caxias, pacificando o Brasil para que nós possamos novamente ocupar um lugar de destaque no  
 57 mundo. É isso que eu quero. E muito obrigado a todos vocês por confiar em mim. E em repito aqui, eu peço  
 58 a deus que mais que inteligência, nos dê força pra poder bem decidir o futuro de nosso Brasil. Eu quero  
 59 agradecer aqui a Adriana, tá aqui nessa intérprete de LIBRAS, tá certo? Que colabora com essas lives [falha  
 60 na transmissão] pra vocês as notícias verdadeiras, o que vem acontecendo no Brasil. Pessoal, meu muito  
 61 obrigado pra vocês, e vamos pra praça hein? O Brasil é nosso. Valeu.

Fonte: BOLSONARO e assuntos da semana. Jair Bolsonaro. YouTube. 9 nov. 2018.  
 Disponível em: <<https://bit.ly/3aon3wJ>>. Acesso em 19 dez. 2019.